

Estudo propõe moradia popular

“O aproveitamento do potencial dos programas de habitação popular na geração de empregos e melhoria das condições de vida da população exige providências imediatas para viabilizar a recuperação da capacidade de investimento do setor”, aconselha o Ipea, no documento “Proposta de Política Social”. E sugere medidas de curto prazo, que incluem o remanejamento de fontes de recursos e a adoção de medidas voltadas para o acréscimo de receita do setor.

Nos remanejamentos de fontes, o documento propõe que sejam alocados cerca de Cr\$ 2 trilhões do Fundo de Desenvolvimento Social, hoje disponíveis, para suprir 20% do déficit de recursos para desembolsos do FGTS. Segundo o trabalho, “enquanto persistir a atual defasagem entre os compromissos assumidos com projetos em andamento e as reduzidas disponibilidades do Fundo é descabido preconizar novos investimentos neste setor”.

Novas frentes só deverão ser abertas, propõe o Ipea, quando se garantir, para os contratos em andamento, níveis de desembolsos que não impliquem elevação dos custos dos projetos e tampouco ponham em risco sua execução e comercialização. Para aumentar a receita do FGTS, no curto prazo, o Ipea, sugere que sejam adotados mecanismos que permitam a ampliação do controle de recursos pelos próprios usuários: “Para tanto, é necessário abreviar o prazo para que a Caixa Econômica Federal passe a expedir extratos do FGTS, bimestralmente, direto para o domicílio dos trabalhadores”. Propõe, também, a implantação de um sistema integrado de arrecadação e fiscalização das contribuições sobre a folha de pagamentos; a elaboração de um projeto de lei estabelecendo a competência para a fiscalização e execução dos débitos das empresas; e outro projeto de lei revendo os mecanismos de rolagem das dívidas dos estados e municípios. (M.M.)